

Povos Indígenas no Brasil

Fonte DESP Class.: 36
Data 25/09/88 Pg.: _____

Índios querem ajudar a escolher ministro

Do enviado especial

A criação de uma federação nacional de nações indígenas e o direito de opinar na escolha do ministro do Interior e do presidente da Funai foram as principais idéias defendidas na reunião de representantes e chefes de grupos indígenas encerrada sexta-feira na reserva Xavante de São Marcos. Embora não tenham surgido "conclusões finais", houve consenso quanto à defesa da posse da terra e da preservação da cultura.

Para o bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, esta 11ª Assembléia de chefes indígenas fechou o ciclo atual de assem-

bléas de análise "e a partir de agora se deverá partir para uma tomada de posição prática, efetiva, cujo primeiro passo deverá ser a criação de uma federação das nações indígenas em caráter nacional e, depois, uma confederação, em termos latino-americanos".

Dom Henrique Froelich, bispo de Diamantina, afirmou que a assembléia de São Marcos "pode ser considerada um passo fundamental na caminhada pela autodeterminação dos povos" e acrescentou: "Se o problema indigenista do Brasil conseguir ser apresentado na conferência de Puebla como uma causa de grande alcance na América Latina, já se terá conseguido um grande êxito".

O direito de opinar na escolha do ministro do Interior e da Funai foi defendido pelo cacique Aniceto, da reserva de São Marcos, e por Mário Juruna, que sugeriu que o general João Baptista Figueiredo consulte os índios antes de tomar uma decisão:

— "O Batista — disse Mário Juruna — não sabe quem é bom ou não para os índios. Ele não pode nomear assim, sem saber quem é que ajuda o índio e quem não ajuda". E a seguir sugeriu que o general Ismarth de Araújo Oliveira seja "eleito" ministro do Interior e que o atual diretor do Departamento Geral de Operações da Funai, Gérson Alves da Silva, seja nomeado presidente da fundação.

Terra, problemas de todos

Durante cinco dias, o "capitão" Aniceto, da maior aldeia xavante, a de São Marcos, presidiu nove reuniões, nas quais os representantes indígenas, expuseram os principais problemas enfrentados por suas tribos. A posse da terra foi o principal deles, causador de apreensão entre todos os grupos, desde os guaranis da região de Dourados, em Mato Grosso do Sul, até os kaingang, do Rio Grande do Sul, os galbis e karipunas do Amapá e os tucanos, do Amazonas, que não tiveram suas reservas demarcadas até agora.

A necessidade de que o índio assuma sua própria condição, independente da política oficial posta em prática pela Funai, ou mesmo da ação missionária, partindo para a maturação da idéia de criação de uma federação que reuniria todos os grupos numa só entidade não oficializada, foi o ponto principal estabelecido em defesa da autogestão que os índios brasileiros pretendem fixar.

"Até agora, fomos massacrados, oprimidos, principalmente pelos órgãos do governo, o extinto SPI e agora Funai, que não tiveram a iniciativa de aclarar nossas consciências pelos nossos direitos. Pelo contrário, têm auxiliado e favorecido a

consciência daqueles que vêem o índio como quisto para o desenvolvimento. Como prova basta dar uma olhada na situação indígena atual e geral do País" — diz um documento aprovado durante a assembléia, que protesta também contra as missões: "Elas nos matam por dentro, esquecem as nossas tradições, cultura e religião. Impõem-nos outra religião, desprezando os valores que já possuímos. Isso descaracteriza-nos ao ponto de nos envergonharmos de sermos índios".

A 11ª assembléia de chefes indígenas — a primeira de caráter internacional, por contar com índios do Paraguai, e também a primeira a contar com a participação dos índios do grupo karajá, que jamais foram autorizados pela Funai a participar desses simpósios — discutiu também, pormenorizada-mente, a anunciada emancipação. Embora não tenha saído um documento final — foram divulgadas apenas as propostas, sugestões e idéias discutidas durante o encontro — a posição geral foi de repúdio. Todos os conhecidos chefes indígenas, rejeitaram a idéia da emancipação, defendida recentemente pelo ministro Rangel Reis, do Interior, dizendo

que "não passa de um golpe do governo e outras forças, para ficar com a terra do índio". Eles lembraram que, com a emancipação, fatalmente o grupo emancipado terá suas terras divididas em módulos rurais para cada família, "o que facilitará que cada um vá para um lugar diferente, acabando com a união indígena".

Um dos documentos divulgados ao final da reunião afirma ainda que "a emancipação do índio vai ser feita pelos próprios índios e não por aqueles que, em gabinetes, estão alienados da realidade indígena. As áreas indígenas devem ser documentadas como propriedades coletivas. Se é que querem fazer isso".

"Pela passagem da 11ª assembléia de chefes — prossegue o documento — queremos deixar o nosso apoio como povos pela atitude enérgica dos índios kaingang e guarani do rio das Cobras, no Paraná, e pelos índios kaingang e guarani de Nonoai, no Rio Grande do Sul, que nestes últimos dias puseram fora de suas terras intrusos que, por inoperância do órgão do governo, Funai, há anos chegaram através de arrendamentos. A luta dos kaingang é a nossa luta".